CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE 255-20-44 - CEP 01045-903

PROCESSO CEE Nº : 916/92
INTERESSADA : Faculdade de Medicina de Jundiaí
ASSUNTO : Regularização dos atos escolares de Rosmery
Ninda Rodriguez Condori
RELATOR : Cons. Antônio Carbonari Netto
PARECER CEE Nº 1474/92 - CETG - APROVADO EM 16/12/92

CONSELHO PLENO

I- A direção da Faculdade de Medicina de Jundiaí, por meio do Ofício nº 161/92, consulta este Conselho sobre a possibilidade de convalidação dos estudos feitos por Rosmery Ninda Rodriguez Condori no curso médico, permitindo a expedição do respectivo diploma, a que fará jus ao concluir o 6º ano, e o seu registro no órgão competente do MEC, historiando a situação escolar da aluna, como segue:

"1. A doutoranda Rosmery Ninda Rodriguez Condori, que freqüenta o 6º ano de graduação médica desta Faculdade, iniciou seus estudos na Universidad Mayor de San Simon, de Cochabamba, na Bolívia, no ano de 1977. Naquele país freqüentou três anos do curso médico. Transferiu-se para o Brasil e conseguiu ingressar no 3º ano de graduação médica da Escola de Medicina da Santa Casa de Vitória EMESCAM, no Estado do Espírito Santo, em 1987, onde freqüentou apenas o 3º ano médico. A referida Escola aceitou a dita transferência, não questionando o prazo para término do curso.

2. No ano de 1988 pleiteou transferência para esta Faculdade, sendo aprovada em exame de seleção para o 3º ano médico. Freqüentou regularmente o curso até a presente data.

PROCESSO CEE Nº 916/92

PARECER CEE Nº 1474/92

3. Apesar das cobranças feitas por esta Faculdade a aluna deixou de apresentar a competente guia de transferência da EMESCAM.

4. A EMESCAM, a requerimento da referida aluna entregou-lhe uma certidão de notas obtidas naquela Escola Médica. mas negou-se a dar à aluna a guia de transferência, alegando que a mesma havia se desligado daquela Instituição.

5. Acreditamos que, infelizmente, houve falha da Secretaria desta Faculdade ao aceitar a matrícula da aluna sem a devida guia de transferência."

Para subsidiar a apreciação de seu pedido, a Faculdade de Medicina de Jundiaí juntou ao processo cópias dos seguintes documentos:

a) certificados expedidos pela Universidad Masor de San Simon de Cochabamba, Bolívia, com os programas da Faculdade de Medicina e o histórico escolar da aluna em questão;

b) certidão expedida pela Escola de Medicina da Santa Casa de Misericórdia de Vitória EMESCAM, na qual constam o histórico das disciplinas cursadas no exterior, o histórico escolar das disciplinas cursadas, na própria instituição, em 1987, e esclarecimentos de que a aluna "foi incurso no artigo 2º, letra "a" da Resolução nº 2/83 CD, configurando abandono de seu curso de graduação";

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 916/92

PARECER CEE Nº 1474/92

c) histórico escolar das disciplinas cursadas, de 1988 a 1991. na Faculdade de Medicina de Jundiaí.

d) Parecer CFE nº 896/89.

II- Dois aspectos devem ser ressaltados do Processo: o concernente à matrícula por transferência da aluna com apresentação de certidão de estudos e o referente ao Prazo extrapolado Por ela para a realização do curso.

Quanto ao primeiro aspecto, vários Pareceres do Conselho Federal, entre os quais o de nº 896/89, juntado pela interessada, firmam orientação sobre o assunto, consubstanciada na Súmula CFE nº 4/91, como segue:

"Interrompido o vínculo entre a escola e o aluno, com o desligamento deste, o estabelecimento não pode dar transferência a quem não mais figura no seu corpo discente.

O aluno desligado de um curso poderá apresentar, em outra instituição que decida acolhe-lo, certidão de seu currículo escolar. expedida pelo estabelecimento em que iniciou o curso, ao invés de guia de transferência, que não lhe pode ser concedida".

Quanto ao segundo aspecto, verifica-se que a aluna, tendo iniciado os estudos em 1977, ultrapassou o - prazo máximo estabelecido pelo Conselho Federal de Educação para integralização do Curso de Medicina, inclusive com a dilatação adicional de 50% do tempo que, a critério da

PROCESSO CEE Nº 916/92

PARECER CEE Nº 1474/92

escola, poderia ser autorizada em casos de força maior comprovada, conforme permitido pela Resolução CFE nº 05, de 26.11.87, caso seja contado o tempo em que estudou no exterior.

3 - CONCLUSÃO

Considerando que os atos praticados por ambas as Faculdades são fatos consumados e atestam procedimentos regulares, este Relator é de parecer que sejam convalidados os atos escolares realizados pela Faculdade de Medicina de Jundiaí, com a conseqüente expedição do respectivo diploma.

São Paulo, 10 de dezembro de 1992.

a) CONS. ANTONIO CARBONARI NETTO
Relator

PROCESSO CEE Nº 916/92

PARECER CEE Nº 1474/92

4 - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros: Antônio Carbonari Netto, Benedito Olegário R.N.de Sá, Arthur Roquete de Macedo, Celso de Rui Beisiegel, Eduardo Storópoli, Nicolau Tortamano, Roberto Moreira e Yugo Okida.

Sala das Sessões, aos 16 de dezembro de 1992.

a) CONS. YUGO OKIDA
Presidente da CETG

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 16 de dezembro de 1992.

a) Cons. JOSÉ MÁRIO PIRES AZANHA
Presidente